



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS (REDE PESCA BRASIL)

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 14 DE JULHO DE 2023

1. ABERTURA

A 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu no dia 14 de julho de 2023, na forma virtual (videoconferência).

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos e destacou que a reunião seria direcionada ao tema específico da recomendação encaminhada pelo Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) na 2ª Reunião Ordinária que é discutir as medidas de monitoramento e controle para implementação das cotas de Atuns e Afins para este ano de 2023. Solicitou respeito ao tempo de fala e às boas práticas para o andamento da reunião, além da assinatura da lista de presença. Dando início à reunião, o Coordenador do CPG Atuns e Afins informou que a Secretaria Executiva já havia verificado o quórum da reunião e solicitou que os membros que iriam representar as instituições presentes se apresentassem.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato virtual (videoconferência):

- Coordenação CPG Atuns e Afins

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

Senhora Dayane Lopes Sarrazin (Assistente Administrativa)

Senhor Dian Barreto da Cruz (Assistente Administrativa)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Flávia Lucena Frédou (Convidada)

Senhora Elielma Ribeiro Borcem (Convidada)

Senhora Valdimere Ferreira (Convidada)

- Estado Maior da Armada Marinha do Brasil (EMA/MB)

Senhor Eduardo Fagundes Neto (Titular)

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPA)

Senhor Edigar Júnio da Silva Martins (Titular)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Cláudia Ramos Zagaglia (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

Senhor João Luiz Almeida De Camargo (Suplente)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ-SC)

Senhor Fabiano Muller Silva (Ouvinte)

- Ministério do Trabalho e Emprego

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Suplente)

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhor Jairo Gund (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

Senhor Gustavo de Albuquerque Maranhão Burle (Convidado)

Senhor Giovani Genazio Monteiro (Convidado)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Gabriel Calzavara de Araújo (Titular)

Senhor Pedro Gilson Dias De Araújo (Suplente)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

- Associação de Pescadores e Armadores da Pesca do Distrito de Itaipava Espírito Santo (APEDI)

Senhor Ulysses Raposo (Convidado)

- Confederação Nacional dos Sindicato dos Pescadores Artesanais (CONFESPA)

Senhor Tobias Soares da Silva (Convidado)

- Grupo Técnico Científico dos Atuns e Afins (GTC)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

Senhor Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos (Coordenador GTC)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BET	Albacora Bandolin
BIGEYE	Albacora Bandolin
BTC	Banco Técnico-Científico
CPG	Comitê Permanente de Gestão
CPCs	Partes Contratantes
FUNBio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
GUO	Grandes Unidades Oceânicas
ICCAT	Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
TAC	Total de Captura Permitida



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

TASK	Tarefa
TR	Termos de Referência
VU	Vulnerável

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. DEVOLUTIVA DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO SOBRE A REC 9/2023

Dando seguimento a reunião, o Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Atuns e Afins) passou a palavra ao Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) para apresentar as devolutivas do GTC sobre a recomendação Rec 09/2023 da 2ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins que trata da proposta de medidas de monitoramento/manejo das capturas de albacora bandolim para 2023.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) deu início a apresentação, informando que iria realizar uma contextualização geral da captura da albacora bandolim pelas frotas brasileiras e, em segundo momento, apresentaria o texto proposto pelo GTC. Destacou que a reunião foi realizada recentemente pelo GTC e que foram discutidas algumas recomendações e demandas do CPG, sendo a principal recomendação a REC 09/2023 sobre monitoramento das capturas da albacora bandolim, destacando que houve grande participação dos pesquisadores na reunião. O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) apresentou a agenda trabalhada pelo GTC durante os dias 3 e 4 de julho de 2023, que foi dividida em dois pontos: o primeiro com relação ao monitoramento das capturas da albacora bandolim e o segundo sobre a avaliação do aumento de esforço de pesca sobre a espécie bonito listrado, para as modalidades de vara e isca-viva e cerco. Relativo à avaliação de aumento de esforço de pesca sobre a espécie bonito listrado, para as modalidades de vara e isca-viva e cerco, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que houve a necessidade de solicitar ao MPA informações complementares para que o GTC pudesse avaliar melhor a demanda. Em seguida,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

passou para a apresentação da proposta de monitoramento das capturas da albacora bandolim por modalidade de pesca para o ano de 2023.

Inicialmente, apresentou os valores das capturas da BET por modalidade de pesca no período 2013-2021, com destaque para evolução das modalidades do cardume associado e do espinhel, posteriormente, com base nas porcentagens de capturas relatadas, apresentou os valores percentuais por modalidades para a cota de captura no ano de 2023 que representam, respectivamente, 2,3% para Vara e Isca-viva, 66,7% para o Cardume Associado, 25,6% para Espinhel Pelágico, 5% para o Espinhel de Superfície e para a pesca de Cerco 0,4% do valor total das capturas. Além disso, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) destacou que a primeira estimativa feita pelo grupo, que corresponde ao 1º e 2º semestre, já alcançou cerca de 56% (3.046,9 t) da cota total (5.441,0 t) para capturas da BET em 2023 pelo Brasil.

Em seguida passou para apresentação e leitura do texto elaborado pelo GTC. O documento foi estruturado em considerandos com a contextualização da pauta, seguido da proposta sugerida pelo GTC, onde constam os limites de captura para cada modalidade de pesca, as sugestões para capturas acima e abaixo do limite anual, o monitoramento das capturas e as medidas de controle das pescarias.

3.2. DISCUSSÃO DE MEDIDAS DE CONTROLE E MONITORAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS PARA ATUNS E AFINS, REC 09/2023

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu pela apresentação e trabalho realizado pelo GTC e informou que foi esperada apresentação formal do Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins), para compartilhamento do documento com os membros do CPG. Desta forma, realizou-se o intervalo de 10 (dez) minutos para que os membros pudessem ler o documento e retornar para a discussão. Após a retomada da reunião, o Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) solicitou que o intervalo fosse estendido por mais 10 minutos, o que foi concedido.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

Dando continuidade o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que as discussões estavam divididas em tópicos, conforme o documento apresentado pelo Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins). Alguns membros discordaram da divisão da discussão por tópicos, assim, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) solicitou que a divisão fosse retirada e que os membros se manifestassem livremente sobre a proposta.

Posteriormente, passou a palavra à Sra. Mônica Bricks (ICMBio) que inicialmente solicitou que a proposta fosse encaminhada com antecedência. Em seguida, agradeceu a apresentação realizada pelo Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) e destacou que sentiu falta de um detalhamento maior da origem dos dados. Além disso, questionou a possibilidade de separar os dados de captura em frota legal e frota ilegal e se iriam discutir medidas de controle da cota.

Em resposta, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que os dados utilizados são dados oficiais que partiram dos Mapas de Bordo e Mapas de Produção que foram usados para realizar estimativas pelo GTC, conforme apresentado. Sobre a divisão de captura entre pesca legal e pesca ilegal, destacou que a pesca ilegal não está regulamentada e não reporta dados. Sobre o ponto de medidas de controle, afirmou que foram abordadas medidas propositivas e deixou para fala do MPA maiores esclarecimentos.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que serão discutidas medidas de controle. Em seguida, passou a palavra à Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA).

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) agradeceu pela apresentação realizada pelo Coordenador do GTC, porém, destacou a falta de informações relacionadas às pescarias. Quanto à fiscalização, adiantou que considera mais prático verificar quem tem contribuído mais com declaração das informações e reiterou a necessidade da criação de uma lista positiva das embarcações que poderão operar nas pescarias,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

além da suspensão preventiva das embarcações que não estão colaborando e nem cumprido as medidas das modalidades.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) concordou com os comentários feitos pelo IBAMA e realçou a demora na entrega dos dados de Mapas de Bordo e Mapas de Produção.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) passou a palavra à SERMOP para resposta sobre a questão da lista positiva.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) agradeceu a apresentação e trabalho feito pelo GTC e afirmou que foi feita a lista das embarcações que estão amparadas pela legislação vigente e que não foi possível realizar, ainda, a lista negativa das embarcações, pois requer uma análise mais aprofundada, como o início da vistoria.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) solidarizou-se com o Coordenador do GTC pela dificuldade de contemplar os interesses propostos. Discordou da construção histórica e dos dados reportados que possivelmente estariam sendo inflados por embarcações que pescavam ilegalmente. Ressaltou concordância com a lista positiva pública com todas as embarcações para conhecimento e adequação das embarcações. Quanto à fala feita pelo IBAMA, ressaltou que deve haver uma diferenciação entre embarcações que cometeram alguns erros e aquelas que realizam a pesca regularmente de forma ilegal.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) comentou que o GTC trabalha apenas com dados oficiais, pois não há formas de quantificar e avaliar as questões abordadas pelo Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA). Ademais, reiterou o teor da proposta e a necessidade das discussões no CPG para seu aperfeiçoamento. O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) comentou que concorda com a manifestação do Coordenador do GTC sobre os dados oficiais, portanto, reafirmou que não está de acordo em levar em consideração o contexto histórico para a divisão das cotas, mas sim o aspecto legal das pescarias.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) agradeceu o trabalho realizado pelo GTC e em primeiro momento ressaltou que as discussões sobre cotas deveriam abranger outras espécies de atuns. Em seguida, afirmou que concorda com a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

utilização da série histórica, porém que a proposta apresentada contempla apenas o período de auge da modalidade do cardume associado e não considera o histórico das modalidades de espinhel, além disso, ressaltou que a posição do Brasil perante a ICCAT é de coparticipação com a proposta do Japão que prioriza a captura de indivíduos adultos e a valoração da biomassa e que a proposta apresentada pelo GTC estaria priorizando a captura de indivíduos jovens e a desvalorização da biomassa em detrimento de uma postura histórica do Brasil que precisa ser considerada. O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) citou também a Portaria Interministerial SG-PR/MMA nº 59-A, de 9 de novembro de 2018, e a necessidade de estabelecer os portos de desembarque obrigatório de atuns e afins no Brasil.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC Atuns e Afins) criticou inicialmente a falta de informações concretas de monitoramento das capturas, o que levou o GTC a utilizar modelos preditivos. Com relação a adoção do histórico de capturas, ressaltou que o GTC decidiu utilizar o período que aborda a realidade atual das capturas de atuns e afins no Brasil. Além disso, ressaltou a importância da implementação dos portos de desembarque, pois isto facilitaria o controle e o monitoramento das pescarias.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu as manifestações e comentou que a observação da série histórica imprime uma estabilidade das pescarias que mais se aproximam da série atual.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) parabenizou o Sr. Paulo Travassos e o GTC pelo trabalho realizado. Reiterou a necessidade de encaminhamento prévio das propostas para análise e tomadas de decisões. Além disso, afirmou sobre a necessidade da lista positiva transparente para que as indústrias pudessem saber se estão comprando peixe legal ou ilegal. Destacou que não concorda com a cota e que deveria ser priorizado quem está atuando na legalidade, através da lista positiva.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC Atuns e Afins) ressaltou que o GTC só utilizou dados legais declarados à ICCAT e que não tiveram acesso a uma lista positiva, pois requer um trabalho mais aprofundado pelo MPA.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

O Sr. Elizeu Augusto (FAEP BR) parabenizou o GTC pelo trabalho, porém ressaltou que os dados não são condizentes com a realidade e ressaltou a necessidade da lista positiva, além disso não acompanhou revisões das autorizações por parte do MPA para conhecer as embarcações que estão atuando nas pescarias e para definir a capacidade de produção de cada uma.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) parabenizou o trabalho do GTC, e destacou que a proposta possui um erro de concepção no sentido de justiça para com a frota de espinhel que sempre trabalhou de forma correta. Ademais, realçou que os dados declarados à ICCAT foram recuperados da série histórica e, mesmo sendo dados oficiais, foram inflados por pescarias ilegais. Por fim, questionou como a frota de espinhel poderia não ser prejudicada, visto que o MPA não possui informações concretas sobre as pescarias.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) ressaltou que foi tomada nota na reunião ordinária do CPG de um valor de 1.500 t de produção de albacora bandolim para o espinhel.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) discordou, pois em outros anos houveram valores diferentes.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) destacou que os dados apresentados a partir de 2013 possuem maior estabilidade e aproximam-se de 1.500 t.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) parabenizou o trabalho levantado pelo GTC, e que deve ser analisado como uma informação a ser considerada, propôs que se assegure a produção da frota de espinhel que está atuando e que possui histórico e credibilidade e que se faça um trabalho conjunto com a pesca de cardume para estabelecer portos de desembarque para controlar as capturas.

O Sr. Jorge Machado (FNTTA) ressaltou que vê com muita preocupação as informações apresentadas e há diferenças entre as modalidades de pesca e petrechos utilizados nas pescarias. Além disso, opinou que os pescadores precisam ser consultados para as tomadas de decisão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

O Sr. Pedro Araújo (PESCA BR) sugeriu a realização de uma força tarefa para que não seja ultrapassado o limite de captura e os pescadores e armadores não sejam punidos. Além disso, ressaltou que os portos de desembarque e as embarcações legalizadas para as pescarias na região nordeste são de amplo conhecimento.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) declarou apoio à proposta do Sr. Gabriel de que a cota deveria ser dada para a frota legalizada e informou que foi lançada pelo ICMBio uma lista positiva em que não há barcos de cardume. Além disso, relatou que alguns pescadores informaram que estão com problemas para imprimir e enviar os Mapas de Bordo Digital ao órgão.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPECA) opinou que precisa haver uma unicidade entre as modalidades atuneiras de pesca brasileira para atuação junto à ICCAT. Além disso, sugeriu que a fiscalização ocorresse de forma ostensiva durante os cruzeiros de pesca e que se realizasse o cruzamento de dados individuais entre a produção da embarcação e o seu potencial de produção para orientar a atuação da fiscalização. O Sr. Gustavo Burle (ABIPECA) sugeriu também a divulgação de uma lista positiva sem efeitos práticos iniciais para que os donos das embarcações tomem conhecimento da situação de suas embarcações e possam corrigir possíveis inconsistências.

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) ressaltou que deve ser analisado o lado dos pescadores e armadores que não conseguem autorização de pesca e operam apenas com protocolo. Sobre a discussão em pauta, argumentou que é necessário disputar um aumento da cota junto à ICCAT.

O Sr. Tobias Soares (CONFESPA) observou que é necessário alinhar a discussão da criação da lista positiva, sugeriu também a contratação de empresas para recadastrar as embarcações, além da criação de um sistema de monitoramento de entrada do pescado nas indústrias.

Por fim, o Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) endossou as propostas relacionadas à importância de preservar quem está trabalhando certo dentro da pesca



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

de cardume associado e que as cotas sejam distribuídas pela pesca legal tanto no Cardume quanto no Espinhel.

INTERVALO PARA O ALMOÇO

A reunião foi retomada às 14h:30, e o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que havia conversado com o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) durante o período de intervalo e que este havia solicitado a palavra no retorno à reunião.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que gostaria de apresentar uma nova proposta, considerando as preocupações levantadas durante a reunião. Antes de apresentar a nova proposta, comentou que os membros do GTC conhecem muito bem a pesca de atuns e afins e, por isso, participam do GTC. Em segundo momento, destacou que a situação é extremamente difícil e que é preciso adotar medidas de manejo e controle que não irão satisfazer a todos. Em outro ponto informou que o Comitê de Pesquisa e Estatística da ICCAT (SCRS) não se pronuncia com relação às medidas de gestão e que essa é uma atribuição dos comissários das diferentes delegações, contudo a proposta apresentada pelo GTC advém de uma demanda específica do CPG.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) apresentou uma nova tabela de cálculo em que considerou a média entre os períodos de 2010 - 2021 e 2013 - 2021, para estabelecer a participação das modalidades de pesca nas capturas e, conseqüentemente, o valor do limite de captura para cada uma das modalidades. Diante disto, houve um aumento da participação das modalidades de espinhel e uma diminuição na participação das modalidades de cardume associado.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu pela nova proposta apresentada pelo Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins), em seguida passou a palavra à Sra. Flávia Frédou (SERMOP).

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) agradeceu inicialmente os comentários realizados durante a reunião e a nova proposta realizada pelo Coordenador do GTC.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

Em seguida, ressaltou o compromisso que o Brasil tem neste ano de não ultrapassar a cota. Ademais, sugeriu que o gatilho poderia ser utilizado apenas para as frotas que tenham como alvo a albacora bandolim.

Em complemento, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que o Brasil já ultrapassou os limites de captura estabelecidos pela ICCAT nos anos de 2020 e 2021 e, possivelmente, irá ultrapassar o estabelecido para o ano de 2022, segundo estimativa preliminar realizada pelo GTC. Além disto, que o Comitê de Cumprimento da ICCAT em uma situação como esta de descumprimento do limite de captura por 3 (três) anos consecutivos, pode punir drasticamente o Brasil, inclusive suspendendo a liberação de captura para o ano de 2024.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou se existe a intenção de evoluir a cota por modalidade para cota por embarcações, pois vê dificuldade de controle sem uma relação básica das embarcações.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) lembrou que durante a reunião ordinária do CPG Atuns e Afins foi realizada a proposta de uma cota global e que estão avançando por modalidade. Além disso, destacou que para haver cota por embarcação é necessário saber a viabilidade econômica das pescarias e de cada embarcação.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) reiterou a necessidade de haver uma relação básica das embarcações para fins de controle da cota.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que as pescarias podem ocorrer até atingir o gatilho e, após isso, ocorreria apenas o desembarque de embarcações que estavam em cruzeiros.

O Sr. Eduardo Villaça (CONEPE) comentou que considera o novo cálculo realizado como uma ação política e não técnica. E que poderiam ser feitos outros ajustes como aumento do período de amostragem, exclusão de determinadas modalidades com baixas capturas, além da utilização de critérios como registro e monitoramento das embarcações.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) agradeceu pela reavaliação realizada pelo Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) e questionou se o gatilho



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

para o espinhel poderia ser maior, considerando as melhores condições de manejo e monitoramento das pescarias deste petrecho.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) ressaltou que também iria falar do gatilho e pontuou que as pescarias de espinhel são realizadas de forma muito parecida e durante o período de lua cheia.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) questionou se a captura da frota de espinhel é constante e quais foram as frotas que ultrapassaram o limite de captura.

Em resposta, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que há oscilação nas capturas de todas as modalidades.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) reiterou que há uma situação de emergência para este ano e que há uma constância das pescarias de espinhel, além de ser bem controlada. Desta forma, questionou se haveria condições para este ano ampliar o teto para as modalidades de espinhel, para que estas não tenham que parar de operar.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que a nova proposta apresentada buscou atender esta preocupação e questionou se o setor do espinhel considera que o novo valor poderia ser distribuído até o final do ano e que não veria problema, porém, ressaltou que seria arriscado devido às dificuldades no monitoramento e que poderia ser ultrapassada novamente a cota estabelecida pela ICCAT, culminando em grandes prejuízos para as pescarias brasileiras. Portanto, considera mais prudente que sejam tomadas medidas mais restritivas neste momento para evitar prejuízos maiores no futuro.

Em complemento, a Sra. Flávia Frédou (SERMOP) destacou que o novo cálculo apresentado buscou realçar a questão histórica para que seja evitada a parada das pescarias, porém existe a questão do gatilho e que a utilização ou não para a pesca de espinhel precisa ser melhor avaliada.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA), com relação à proposta, reiterou a necessidade de preservar a frota de espinhel que auxiliou o Brasil a manter sua posição de cotas a nível de ICCAT. E reafirmou que a lista positiva é muito importante para que as empresas saibam a procedência do pescado no momento da aquisição.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

O Sr. Pedro Araújo (PESCA BR) solicitou a promoção de uma conscientização e fiscalização pelos órgãos gestores. Além de uma atuação mais efetiva das indústrias com relação a legalidade e procedência do pescado.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) ressaltou que o limite de captura de 5% da espécie albacora bandolim pelo cardume associado sudeste/sul pode não ser relevante para a cota global, mas que seria importante para a frota do sul.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) destacou que não haveria impedimento para que a frota continuasse pescando e se referia apenas a não estar dentro do gatilho.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) opinou que a proposta avançou no sentido esperado. Além disso, destacou que seria necessário saber quanto a frota de espinhel já capturou até o momento para estimar se o restante da cota poderia ser utilizado até o fim do ano.

Com relação ao comentado, o Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) informou que não possuía os números separados por modalidade no momento e que o GTC não teve tempo hábil para chegar nesses números devido a complexidade da organização.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) ressaltou que a análise feita pela Sra. Flávia Frédou (SERMOP), relativa à flexibilização do gatilho, não prejudica a pesca de espinhel em caso de excesso de captura por alguma modalidade. Em paralelo, reiterou a criação de uma lista positiva mínima de embarcações que estão entregando PREPS e Mapa de Bordo para permitir a fiscalização.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) comentou que a lista positiva demanda um cuidado para que não haja equívocos na sua elaboração, mas que a SERMOP está se preparando para organizar e disponibilizar as informações.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) comentou que a questão conceitual referente aos gatilhos está sendo absorvida e que a informação sobre quanto a frota já produziu não mudará a definição estabelecida.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) demonstrou preocupação com a divisão das cotas de captura e questionou se após a elaboração da lista positiva não iriam beneficiar as frotas que ficariam com menos embarcações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) ressaltou que no momento a lista positiva não seria utilizada para fins de divisão das cotas de captura.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) opinou que estas discussões devem ser realizadas quando houver um controle maior sobre as embarcações que estão atuando.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) sugeriu a criação da lista positiva sem uma efetividade imediata, para que os armadores e pescadores possam saber como está sua situação perante o Estado e corrigir possíveis falhas. Além disso, solicitou que a decisão sobre o valor das cotas não fosse definida antes do conhecimento de cada modalidade de pesca e questionou quando o GTC poderia informar os dados de captura por modalidade de pesca.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) relatou que as ONGs dizem defender os pescadores, mas estão se aproveitando destes e que a pesca oceânica deve ser incentivada e não diminuída. Além disso, criticou a proibição de captura de determinadas espécies.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador GTC Atuns e Afins) respondeu que a avaliação está programada para ser realizada na última semana de julho, quando alguns membros do GTC se reunirão para tratar dos dados do ano de 2022, que devem ser submetidos à ICCAT até o dia 31 de julho.

Em seguida foi realizado o intervalo de 15 minutos.

Após o retorno, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) passou a palavra ao Sr. Ulysses Vieira (APEDI), que solidarizou-se com o Sr. Jorge e questionou como ficaria a cota para o estado do Espírito Santo.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) informou que a princípio a frota não entraria no gatilho, mas que seria contabilizada dentro do limite de captura.

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) questionou se estariam ilegais por não entrarem no gatilho.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) questionou qual era a modalidade que o Sr. Ulysses Vieira (APEDI) referia-se.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) informou que seriam diversas modalidades praticadas no estado e teme que as embarcações que operem sejam consideradas ilegais por estarem fora do gatilho e da cota.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) informou que o gatilho seria apenas para as modalidades que possuem como alvo a espécie albacora bandolim, já as que possuem a espécie como fauna acompanhante, não estariam ilegais.

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) reiterou a necessidade de haver uma cota para o estado como forma de prevenir que as embarcações sejam autuadas.

O Sr. Elizeu Augusto (FAEP BR) colocou a Federação à disposição para colaborações e informou que pretende participar de todas as discussões.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) colocou-se também à disposição para a discussão e informou que não há uma porcentagem definida para a fauna acompanhante. Além disso, sugeriu que fossem incluídas todas as modalidades que possuem a espécie como fauna acompanhante para evitar autuações pelo IBAMA.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) reiterou que a cota é por espécie e que o gatilho é por modalidade, tendo em vista que, 95% das capturas de albacora bandolim são efetuadas por 2 (duas) frotas. Além disso, ressaltou que as pescarias que possuem a albacora bandolim como fauna acompanhante apresentam baixo valor de captura e que o gatilho de 20% seria suficiente para proteger a cota total, uma vez que, as pescarias que possuem a espécie como alvo estariam paralisadas após o anúncio do gatilho.

O Sr. Pedro Araújo (PESCA BR), falando sobre a preocupação do Sr. Ulysses, destacou que existem barcos com protocolo que estão pescando no cardume associado, portanto, seria necessário verificar quantas embarcações converteram a modalidade de pesca de espinhel para cardume associado.

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) confirmou a fala do Sr. Pedro Araújo (PESCA BR) e reiterou a necessidade das frotas do Espírito Santo estarem legalizadas para evitar problemas com os órgãos de fiscalização.

O Sr. Gustavo Burle (ABIPESCA) destacou como válida a preocupação da Sra. Cláudia no sentido de evitar a captura por modalidades com as espécies na fauna



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

acompanhante de forma direcionada, por não estarem dentro do gatilho. E que a sugestão seria válida para os próximos anos.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) destacou que qualquer modalidade de pesca terá a captura de fauna acompanhante e que esta captura não interfere no controle das cotas. E que mesmo na ICCAT os países que não possuem cotas podem capturar até 800 t das espécies.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) sugeriu escutar o encaminhamento a ser feito pelo MPA.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) destacou como importante a preocupação da Sra. Cláudia sobre a fauna acompanhante e que acredita que uma solução seria estabelecer uma porcentagem para a fauna acompanhante por cruzeiro de pesca.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) questionou se após atingir o gatilho de 80% a pescaria seria fechada ou seria dado um alerta.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) confirmou que sim, a pesca seria fechada, e ressaltou que este é o motivo da reavaliação do valor do gatilho.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) opinou que considera muito alto o valor de 80%, pois irá retirar 20% da possibilidade de pesca das embarcações.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) criticou a questão do descarte de peixes capturados por proibições nas pescarias, além da punição dos pescadores que capturam estas espécies.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) sugeriu que junto com a cota, haja uma porcentagem de fauna acompanhante para evitar que seja direcionada a pescaria para as espécies que não são alvo. Além disso, reiterou que gostaria de comentar sobre a questão dos Mapas de Bordo.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) sobre a questão do gatilho sugeriu que fosse 90% e que se estendesse além deste limite, apenas aquelas embarcações que entregam Mapas de Bordo e Mapas de Produção.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) destacou que havia solicitado anteriormente ajustes nos Mapas de Bordo e que não foram realizados. Outro ponto comentado, foi que na 1ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, foi recomendado que o ICMBio



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(versão para revisão do CPG)

encaminhe os Mapas de Bordo ao MPA, o que opinou não fazer sentido, pois o ICMBio recebe como cópia do MPA os Mapas de Bordo, que sempre solicitaram que as informações fossem encaminhadas e que não há possibilidade de fazer gestão das unidades de conservação sem informações.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) destacou que o assunto foi trazido pela representante na reunião passada em que havia informado que o ICMBio possui Mapas de Bordo que não estão no MPA. Além disso, sugeriu que a discussão fosse realizada em outro momento, tendo em vista, se tratar de outra pauta.

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) destacou que seria muito oportuno se suas preocupações fossem colocadas em pauta e colocou-se à disposição para discussões e parcerias com outros membros em dar um suporte para o estado do Espírito Santo.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) sugeriu seguir para os encaminhamentos e informou que foram tomadas notas de todas as sugestões realizadas nas reuniões do CPG Atuns e Afins. Em seguida, propôs que no dia 11/08 seja realizada a próxima reunião extraordinária com proposta a ser apresentada, em conjunto pelo MMA e MPA, e que discuta-se o encaminhamento da minuta.

A Sra. Flávia Frédou (SERMOP) solicitou ajuda nas solicitações realizadas ao setor para o envio dos protocolos e Mapas de Bordo na maior brevidade possível.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) solicitou maior divulgação da lista das embarcações com protocolo.

A Sra. Luana Mallmann (SINDIPI) solicitou o reenvio da lista das embarcações que estão com protocolos pendentes.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que as pendências foram encaminhadas aos contatos cadastrados das embarcações junto ao MPA.

O Sr. Ulysses Vieira (APEDI) solicitou que o MPA proporcionasse uma maior proximidade e disponibilidade da SFPA-ES com os pescadores.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
(versão para revisão do CPG)

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) questionou se as autorizações de pesca de embarcações que foram canceladas podem ser restabelecidas, pois a lista que recebeu possui embarcações que não operam mais.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que a Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins entraria em contato para formalizar e melhor direcionar o questionamento realizado pelo Sr. Jorge.

4. ENCERRAMENTO

Por fim, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu a presença e participação de todos, além de informar que será enviado ofício para os membros com a nova proposta e oficializando a data da próxima reunião extraordinária.